

# AduSP

INFORMATIVO

## CRUESP, ESTENDA OS 6% AOS FUNCIONÁRIOS!

*Data-base é para valer! Negociar é preciso, desqualificar não é!*

**N**a segunda reunião com o Cruesp, ocorrida em 18/5, o Fórum das Seis apresentou a contra-proposta de reajuste de 6,57% para todos e a extensão aos funcionários dos 6% concedidos aos docentes. A contra-proposta recebeu a aprovação unânime das entidades representativas dos docentes e dos funcionários técnico-administrativos das três universidades. Além disso, o Fórum insistiu na realização de uma segunda etapa de negociação salarial em outubro, visando a negociar a reivindicação inicial apresentada, ou seja, os 16% acrescidos de uma parcela fixa para diminuir a relação entre os menores e os maiores salários.

Embora essa segunda reunião não tenha ocorrido no clima arrogante e autoritário que caracterizou a primeira, a intransigência dos reitores foi a mesma. O presidente do Cruesp voltou a afirmar que nunca houve isonomia salarial na data-base (!) e negou a extensão dos 6% aos funcionários, alegando agora que os 6% correspondiam à reestruturação de carreira iniciada em junho de 2009 e incorporada em fevereiro último.

O Fórum das Seis retrucou, fazendo ver que 1) nos últimos 20 anos de data-base os índices de reajuste salarial negociados

sempre tinham sido iguais para docentes e funcionários; 2) já havia oficiado o Cruesp no sentido de negociar a valorização salarial do início da carreira docente, após a conclusão da negociação de data-base; e 3) mesmo com a extensão do reajuste de 6% aos funcionários, a folha de pagamento das três universidades não superaria 87% da cota-parte do ICMS. Além disso, o Fórum das Seis solicitou que a reunião fosse interrompida para que o Cruesp pudesse avaliar a contra-proposta apresentada e, embora estivessem acompanhados por seus assessores econômicos, os reitores recusaram-se a fazê-lo.

O presidente do Cruesp decidiu considerar encerrada a questão salarial e nos convidara a passar às demais questões da pauta. Embora o Fórum queira também negociar os outros três eixos de data base, ou seja, a não criminalização do movimento, a permanência estudantil e a luta conjunta por mais recursos para a educação pública, avaliamos que não poderíamos passar a eles antes de acertar o reajuste dos funcionários.

### ICMS cresce!

Além desse posicionamento de mau patrão na mesa de negociação, os reitores da USP e da Unicamp têm procurado to-

lher o legítimo direito do exercício de greve dos funcionários, ameaçando ou efetivando o desconto dos dias parados. Com toda essa intransigência e truculência do Cruesp, a greve dos funcionários e a mobilização cresceram, como ficou demonstrado pela participação de funcionários, estudantes e docentes das três universidades no grande ato de protesto realizado na Unicamp no dia 26/5 pela isonomia salarial e pelo agendamento de nova reunião de negociação.

Vale destacar que, durante a primeira reunião, a assessoria técnica do Cruesp informou que a arrecadação do primeiro trimestre deste ano foi 17,9% maior do que a do primeiro trimestre de 2009, mas que esse comportamento não iria continuar assim!

Pois bem: contrariando essa previsão pessimista, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, em sua página que trata da evolução do ICMS, informa que em abril, “comparando-se a abril de 2009, houve um expressivo crescimento de



Daniel Garcia

**Ato na Rua Itapeva em 18/5: indignação e disposição de luta**

23,3%”. Esse informe torna mais real a previsão de arrecadação superior a R\$ 63,5 bilhões feita pelo Fórum das Seis, a qual permite estender os 6% aos funcionários, mantendo a previsão de não superar a média de 87% da cota-parte do ICMS com a folha de pagamento das três universidades.

Indicamos esse percentual de gastos com a folha de pagamento porque o Cruesp afirmou, naquela reunião, que com a sua previsão de arrecadação de R\$ 61,2 bilhões os 6,57% acrescidos dos 6% dados aos docentes comprometeriam 87% do orçamento com salários. É por isso que reafirmamos que não há razão

econômica para rejeitar os 6% aos funcionários! Qual será a real motivação para esse posicionamento dos reitores?

Mais do que nunca o Cruesp tem condições de dar início a uma negociação de fato. Até o momento, limitou-se a apresentar o índice de 6,57% como definitivo, recusando-se a discutir a contra-proposta do Fórum e ameaçando os grevistas. Que negociação é essa? Se os reitores querem ver o cotidiano da Universidade voltar ao normal, precisam mostrar sua disposição ao diálogo efetivo, que construa um acordo de data-base satisfatório para todos os envolvidos.

**Ato Debate PM no campus, NUNCA MAIS!**

**9 de junho de 2010, quarta-feira, às 17 horas, no Auditório Adma Jafet (IF)**

**Fábio Konder Comparato (FD), Maria Victoria Benevides (FE) e representantes da Adusp, APG, DCE e Sintusp**

# “Negociação só com o fim da greve”, diz coordenador sobre ocupação da Coseas

**N**omeado em meio à crise provocada pela ocupação da Divisão de Promoção Social da Coordenadoria de Assistência Social (Coseas) por moradores do Crusp, o professor Waldyr Antonio Jorge, da Odontologia, é o novo coordenador desde 15/4. No entanto, um mês e meio após assumir a Coseas, tendo declarado que sua primeira prioridade seria “equacionar esta invasão porque ela está nos incomodando”, nenhuma reunião de negociação foi marcada entre a coordenadoria e os ocupantes, que reivindicam mais vagas de moradia e o fim do sistema de vigilância sobre os moradores, entre outras pautas.

Antonio Jorge conta que procurou os ocupantes pelo menos quatro vezes, como for-

ma de estabelecer diálogo, mas que a greve impede que seja marcada uma reunião oficial, por falta de local disponível. “Onde eu vou recebê-los? Eu estou na rua, estou no corredor. Eu não marquei reunião porque não tenho a minha sala. A greve hoje impede que eu tenha uma reunião dentro da Coseas”, alega. “A invasão eu só posso voltar a discutir na hora em que a greve terminar, que eu possa voltar às atividades normais da Coseas. Então vamos agendar uma reunião com eles, com uma pauta, e vamos dialogar”.

Perguntado sobre a pretensão dos ocupantes de transformar aquele espaço permanentemente em moradia, o coordenador afirma que isso não resolve o problema da moradia. “É indevido, porque es-

tou precisando mais dele para ser a Promoção Social, do que moradia para 18 pessoas. E quem são essas 18 pessoas? A Promoção Social tem que fazer essa seleção”.

Sobre a reivindicação de mais vagas para moradia estudantil, o coordenador da Coseas aponta o novo prédio que está sendo construído, com 200 vagas, e declara “esperar” que o atual prédio da Reitoria, quando vier a ser desocupado pelos órgãos administrativos ali presentes hoje, seja também destinado a essa finalidade. “Mas existe projeto da Reitoria de estudo de novas construções”, diz. A destinação do atual prédio da Reitoria para moradia estudantil foi anunciada por Grandino Rodas tão logo nomeado reitor.

## Vigilância

Os moradores do Crusp acusam a Coseas de manter um invasivo sistema de vigilância sobre eles. Foram tornados públicos documentos que mostram que os porteiros dos prédios produziam relatórios à coordenadoria registrando a ocorrência de festas e reuniões políticas. Antonio Jorge diz que abusos devem ser investigados: “Tudo que for factível de ser apurado por nós vai ser apurado. Eu não me mancomunou com coisas erradas. Qual quer excesso que houver, vou apurar e responsabilizar quem de direito”.

Por outro lado, afirma, “é até irresponsabilidade” supor que o Crusp não precisa de vigilância. “Como imaginar que num conjunto resi-

dencial de universitários, em que moram quase 200 pessoas, com 50 apartamentos ou mais, não tem que ter um porteiro? É até uma questão de segurança para eles. Agora, o porteiro querer fiscalizar as pessoas é outro departamento, que não posso comungar e não comungo”.

Quanto à autonomia dos estudantes nos espaços do Crusp e sua maior participação nos processos seletivos para os programas de permanência, o coordenador pensa que é possível aumentar a participação, mas se opõe à autogestão. “Essa reivindicação é prematura. Eles têm assento [nos colegiados]. No que diz respeito ao critério de seleção, eles nunca deixaram de opinar, pelo que sei”.

## Estudantes ocupam Coordenadoria do campus de São Carlos em protesto por mais moradias

Estudantes da USP de São Carlos, que são moradores do Alojamento, ocupam desde 24/5 a Coordenadoria do campus. O prédio está aberto e os funcionários trabalham normalmente, mas os estudantes permanecem e dormem no local, como forma de pressionar pela resolução de um impasse quanto ao processo seletivo para as bolsas moradia e auxílio moradia.

São Carlos tem experiência histórica de participação dos estudantes nos processos seletivos. Em 2006, após amplo debate envolvendo toda a comunidade, foi aprovado um Regimento para Concessão de Bolsas Moradia e Auxílio-Moradia, que previa a realização da seleção através de uma comissão formada por estudantes, professores e a assistente social do campus, a partir de critérios definidos em assembleia.

No entanto, em fevereiro de 2010 o Conselho Gestor do campus passou a alegar que o regimento não era válido, por não ter sido aprovado pela Comissão de Legislação e Recursos (CLR) em 2006.

“O próprio Estatuto da USP deixa bem claro que a CLR (Comissão de Legislação e Recursos) é uma comissão assessora que se restringe ao Conselho Universitário. Ou seja, nada tem a ver com as decisões tomadas pelo Conselho Gestor do Campus. Além disso, mesmo quando esta emite algum parecer, os Conselhos têm total autonomia para tomar suas decisões, mesmo que contrárias a tal parecer”, afirmam os moradores do Alojamento em carta aberta à comunidade.

## Legitimidade

Os estudantes decidiram

manter o processo seletivo como feito até então, formando uma lista de beneficiários. Em paralelo, a Coseas também realizou um processo seletivo, definindo outra lista. “Essa seleção da Coseas foi feita sem seguir nenhum regimento, sem critérios definidos, e teve um número de inscritos menor do que o nosso processo, sequer foi preenchido o número total de vagas disponíveis. Isso mostra como o nosso processo tem maior legitimidade junto aos estudantes”, afirma Camila Cintra, aluna da Matemática e moradora do Alojamento.

Os estudantes afirmam que procuraram a Coordenadoria do campus uma série de vezes ao longo do semestre mas, apesar de conseguirem reuniões, não houve diálogo de fato.

## Manifestantes recorrem ao bom-humor para responder a ataques

Um novo protesto de funcionários, estudantes e professores das três universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza foi realizado em 18/5, durante a segunda reunião de negociação salarial entre o Fórum das Seis e o Cruesp, por cerca de duas horas.

Funcionários fantasiados com “antenas” verdes carregavam cartazes onde se lia: “Alô alô, marciano (feitor da USP), não somos invasores, somos trabalhadores, exigimos manutenção da isonomia salarial”.

Tratava-se de uma referência jocosa às declarações do reitor Grandino Rodas em entrevistas à Rádio Bandeirantes (vide p. 3).

## “Desafio”

A reivindicação de restabelecimento da isonomia salari-

al, quebrada com a concessão de reajuste de 6% só para docentes, foi a mais presente nas falas, faixas e palavras de ordem.

“Para recompor a isonomia, piquete e greve contra a Reitoria!”, cantavam animadamente os manifestantes.

Após a reunião, os representantes do Fórum deram o informe de que não houve avanço nas negociações. “Isso soou como um desafio. A única resposta a isso é crescer o movimento e radicalizar a nossa luta”, declarou Magno de Carvalho, diretor do Sintusp.

Para finalizar, foi veiculada no carro de som uma declaração do professor Jorge Souto Maior (FD), na qual ele reafirma a greve como direito fundamental do trabalhador.

# Rodas investe em “clima de medo”, denuncia APG

Daniel Garcia

**A** Associação dos Pós-Graduandos da USP/Capital emitiu, em 21/5, nota lamentando as recentes declarações do reitor a propósito da greve dos funcionários. No entender da APG, os comentários de Rodas nas entrevistas que vem concedendo a veículos de comunicação acirram as tensões e recorrem à criminalização dos movimentos sociais e à depreciação da pobreza. “O Reitor investiu na instauração de um clima de medo”, denuncia a APG. A seguir, a íntegra da nota:

Preocupada com a preservação do respeito mútuo entre a Reitoria da USP e as entidades representativas de professores, funcionários e estudantes, a APG-Capital vem a público enfatizar a necessidade de um *efetivo* e *respeitoso* diálogo no seio da comunidade universitária, tendo em vista que as últimas declarações do reitor da USP à imprensa só têm contribuído para agravar as tensões, tão prejudiciais às atividades de pesquisa dos pós-graduandos.

Em entrevista à Rádio Bandeirantes, em 8 de maio, o reitor João G. Rodas afirmou haver “mercenários dentro

da USP, de alta estatura e envergadura, amedrontando fisicamente as pessoas”. Depois, acrescentou: “o pessoal do sindicato, isso é comprovável, não são só eles, existem pessoas contratadas por eles às dezenas, que fazem, por assim dizer, grande parte do serviço sujo”. Dada a gravidade dessas e outras acusações, faz-se necessária a devida apresentação de provas, até então desconhecidas.

Durante a entrevista, os dois radialistas e o Reitor da USP passaram a nomear os funcionários em greve como “invasores” e “pessoas inescrupulosas”, responsáveis por “jogar o nome da USP no lixo”. Consideramos lamentável que o Reitor da USP tenha investido todo o seu poder e responsabilidade em uma estratégia de desqualificação de seus opositores políticos, como já havia feito em artigo publicado na *Folha de S. Paulo* e em entrevista ao programa *Provocações*.

Na Rádio, o Reitor, mais uma vez, resolveu criminalizar os opositores e se reportar, genericamente, à “sociedade”: “peço que a sociedade verifique, mande ver, porque realmente nós estamos fazendo

do da Universidade de São Paulo os morros do Rio de Janeiro, guetos, e com o tempo, ficarão absolutamente impraticáveis, se é que já não estão”. A preconceituosa associação entre o crime e os morros do Rio de Janeiro, analisada e posta em questão há anos por diversas pesquisas de Ciências Humanas, torna-se ainda mais grave quando utilizada pelo Reitor da maior universidade do país com o intuito de questionar o legítimo direito de greve dos funcionários.

Chamamos a atenção para os graves efeitos de uma declaração de tal teor, emanada do mais alto cargo da Universidade. Além do já exposto, o Reitor da USP investiu, ainda, na instauração de um clima de medo, absolutamente estranho ao cotidiano da comunidade universitária, ao afirmar que a USP é “uma terra de ninguém” ou sugerindo até mesmo a instalação de uma placa na entrada da Universidade com os dizeres: “entre por sua conta e risco”.

Manifestamos o nosso repúdio à criação de um clima artificial de medo e insegurança, criado justamente pelo autor do parecer que autori-



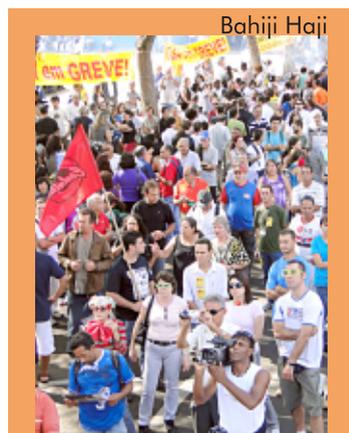
Rodas em reunião com o CR em 7/5: insinuações

zou a entrada da PM no campus. Desde que a Força Tática da Polícia Militar deixou a Universidade em 2009, após lançar bombas de gás sobre chefes de departamento, professores e alunos (grevistas e não grevistas), cessou-se, entre nós, qualquer motivo para insegurança.

Espera-se do Reitor da USP o cumprimento de suas responsabilidades como gestor público. Isto implica em uma posição ativa nas reuniões de negociação entre o Cruesp e o Fórum das Seis, contribuindo para a sinalização de um meio termo capaz de dar fim à greve e permitir a reabertura das bibliotecas, dos restau-

rantes e dos demais serviços essenciais à pesquisa e ao ensino. O silêncio absoluto do Reitor da USP na última reunião de negociação, no dia 18 de maio, contrasta com a disposição manifestada em suas recentes declarações à imprensa.

Receosos de que a curta “era do diálogo” seja substituída por uma “era do medo”, a APG-Capital reafirma sua convicção de que a única saída existente para os conflitos no seio da comunidade universitária é a *efetiva* negociação e o *efetivo* respeito às diversas entidades representativas de funcionários, professores e estudantes.



Bahiji Hajj

Ato público do Fórum das Seis na Reitoria da Unicamp (26/5) reuniu funcionários, estudantes e docentes da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza

## OPINIÃO DA DIRETORIA

### “Pacificador” ou provocador?

Para alguém que em seu discurso de posse reiterou “que se instale um diálogo real; que se busquem consensos específicos; e, acima de tudo, que impere a boa fé”, onde quer chegar o reitor, com suas retumbantes entrevistas à mídia comercial?

O reitor João Grandino Rodas está se excedendo em seus ataques ao movimento sindical e em seu silêncio nas reuniões entre o Cruesp e o Fórum das Seis.

Sua linguagem não lembra a de alguém com vida universitária plena. Distribuir acusações sem comprovação, dando a entender que tem informações reservadas, serve a quê?

Na reunião com o Conselho de Representantes da Adusp, em 7/5, o reitor já fizera assertivas semelhantes, desistindo de prosseguir ao não encontrar receptividade nos presentes. Sua alusão aos “morros do Rio de Janeiro” denota enorme

preconceito, como bem assinala a nota da APG.

Os docentes presentes na assembleia da Adusp de 19/5 manifestaram uma enorme indignação com o conteúdo da entrevista do reitor na Rádio Bandeirantes, quando chegou a ser apresentado como o “pacificador” da USP.

É preocupante o fato de que Rodas, ao invés de negociar, opte por uma escalada verbal desse tipo. Acenar para os mesmos setores conservadores que hegemoni-

ram o final do mandato de Suely Vilela, criando um clima de perseguições, é constranger o já reduzido grau de democracia que temos na USP.

Faria mais e melhor a Reitoria da USP se abrisse um diálogo franco com as entidades representativas de docentes, estudantes e funcionários técnico-administrativos da USP, que leve a uma negociação de fato de suas reivindicações, na data-base ou fora dela.

# STF julgará constitucionalidade das ditas “organizações sociais”

**D**everá ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ainda no decorrer deste semestre, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra lei federal sancionada no governo Fernando Henrique Cardoso, que instituiu o modelo de gestão de órgãos e equipamentos públicos por “organizações sociais” (OSs). A Lei 9.637/98 permitiu que entes privados, assim denominados, prestem serviços de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação ao meio ambiente, cultura e saúde, por meio da gestão de patrimônio público.

A Adin 1.923 foi requerida em 1998 por PT e PDT, os quais questionavam a ausência de processo licitatório na transferência de atividades desenvolvidas por autarquias e fundações públicas para entidades de direito privado. A ação sustenta também que a transferência fere a Constituição no que diz respeito à fiscalização orçamentária, ao limite de despesas com pessoal, à realização de concurso

público para admissão de pessoal e à aquisição de bens mediante licitação.

Caso a Adin seja julgada procedente, instituições e serviços federais, estaduais e municipais geridos por OSs necessitariam de um novo modelo de gestão estatal. No entanto, em 2007, o STF julgou e rejeitou por oito votos a três uma liminar que solicitava a suspensão da gestão por OSs até o julgamento da Adin.

## “Fere o SUS”

Além disso, nos últimos anos alguns gestores petistas e aliados passaram a adotar o modelo em âmbito federal e municipal. É o caso de cinco órgãos do Ministério da Ciência e Tecnologia, cujos contratos somam R\$ 70 milhões, e da Empresa Brasil de Comunicação, que administra a TV Brasil e mantém contrato com uma OS.

Em São Paulo, que conta com lei estadual específica sobre o tema, 23 hospitais estaduais são geridos por OSs, com contratos que somam R\$ 1,36 bilhão por ano. Des-

de o início de sua implantação, o modelo vem sendo duramente combatido por sindicatos e movimentos sociais da área da saúde. O presidente do Sindicato dos Médicos, Cid Carvalhaes, considera que o modelo fere os princípios básicos do Sistema Único de Saúde (SUS).

“Equidade, universalidade e horizontalidade constituem os pilares do SUS. Isso implica que todos que têm demanda recebam atendimento adequado. Isso não é cumprido pela iniciativa privada, pois os hospitais referenciados operam num sistema de portas fechadas, não atendem todo mundo, podem escolher ou não atender pacientes”, afirma. Para Carvalhaes, a gestão de serviços essenciais de saúde é atividade-fim e, portanto, uma obrigação constitucional do Estado.

## Ilegalidades

Na área cultural, o modelo de gestão por OSs está amplamente consolidado: todos os equipamentos culturais do Estado de São Paulo são

administrados por entidades privadas, que recebem R\$ 340 milhões por ano, ou 69,7% do orçamento da Secretaria de Cultura em 2008.

Na avaliação do promotor de justiça Silvio Marques, do Ministério Público Estadual, que investiga ilegalidades na execução de convênios entre organizações sociais da área de cultura e os governos estadual e municipal, a contratação de OSs sem licitação é inconstitucional. “A Lei 8.666/93, que exclui as organizações sociais da necessidade de licitação, é inconstitucional. Uma decorrência disso, no caso dos museus, é que acabam sendo contratados amigos do administrador público”, denuncia Marques.

“Não há motivo jurídico nenhum para excluir essas OSs do processo licitatório, uma vez que elas administram dinheiro público, e não é pouco. O Projeto Guri [que oferece cursos de música para crianças e jovens com verbas públicas], por exemplo, tem contratos de R\$ 30 milhões, 40 milhões. Não

há justificativa para a ausência de licitação”.

## Fundações

O Andes-Sindicato Nacional pretende solicitar ser ouvido pelo STF na condição de *amicus curiae*, termo latino que significa “amigo da corte” e que define uma entidade que, embora não seja autora da ação, é parte interessada em determinado julgamento.

O Andes-SN solicitará a inclusão no processo baseando-se no fato de que fundações privadas ditas “de apoio” a universidades públicas têm-se qualificado como OSs para gerir hospitais públicos: é o caso da Fundação Faculdade de Medicina, conveniada à USP, e da Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, vinculada à Unifesp.

“Se o relator [ministro Ayres Britto] permitir, queremos interferir na discussão, defendendo que a lei seja considerada inconstitucional”, afirma Francisco Miraglia, vice-presidente regional eleito do Andes-SN.

## Gatilho: USP inclui no sistema Marte dados sobre salários recebidos em 1987

Por sugestão da Adusp, a USP incluiu no sistema Marte as informações referentes aos salários recebidos em 1987. Esses valores devem ser conferidos pelos docentes beneficiários da Ação do Gatilho. Em caso de dúvidas ou reclamações, o docente deverá se manifestar enviando mensagem eletrônica para a Reitoria, no endereço [codage@usp.br](mailto:codage@usp.br). É importante remeter cópia da mensagem para [gatilho@adusp.org.br](mailto:gatilho@adusp.org.br), de modo que a Adusp possa fazer um registro unificado des-

sas questões.

Vale reiterar que a Adusp não dispõe das informações necessárias para efetuar qualquer tipo de verificação individual. O que pudemos fazer foi uma análise prévia das informações que seriam disponibilizadas, apontando para a Reitoria que havia erro na data indicada do pagamento do gatilho de junho de 1987. Comparando a informação fornecida pela Reitoria com os holerites de alguns docentes, verificamos que o pagamento foi

efetuado em novembro de 1987 e não em outubro, como informa a Reitoria no sistema Marte.

Um mês de diferença, numa inflação alta como a da época, ocasiona prejuízo não desprezível no montante a receber. Em março de 2010, quando comunicamos esse erro à Reitoria, o DRH nos informou que concordava em retificar a data. Entretanto, como isso não foi feito, reapresentamos o problema à Codage, que agora parece ter sido encarregada da questão pela Reitoria.

## Cronograma

Encaminhamos também à Codage uma proposta de cronograma, mas não recebemos resposta sobre se ele será seguido ou não. Sugerimos que os beneficiários encaminhem à Reitoria eventuais reclamações até 21 de junho e que a USP entregue, em juízo, até 28 de junho os montantes recebidos pelos beneficiários em 1987. Isso tudo sem prejuízo de correções posteriores de eventuais casos particulares. Uma vez que as informações te-

nham sido oficialmente entregues, poderemos enviá-las aos contadores contratados pela Adusp para que façam os cálculos dos montantes a receber.

Lembramos que essa parte da ação se refere apenas ao que a USP aceita pagar, para os membros da lista incontroversa. A sentença ganha inclui ainda a incorporação de 32,96% retroativos e deveria ser estendida a outros docentes que entendemos beneficiários, mas a USP não concorda com isso.